



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR
PROCURADORIA GERAL
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, 4º ANDAR CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ CEP: 20.021-350

NOTA n. 00004/2016/PROGE/PFANS/PGF/AGU

NUP: 33902.512748/2016-11

INTERESSADOS: ANS - DIDES - ASSNT - ASSESSORIA NORMATIVA

ASSUNTOS: AGÊNCIAS/ÓRGÃOS DE REGULAÇÃO

EMENTA: Minuta de Resolução Normativa que altera o Regimento Interno da ANS relativo à Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos - DIPRO e a Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES. Exercício do poder hierárquico na definição das competências dos órgãos internos da Agência.

Senhora Gerente da Consultoria Normativa,

1. A Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos - DIPRO, por meio do Despacho nº 22/2016/ASSNT/DIPRO/ANS (fls. 07), encaminhou, em 09 de setembro de 2016, a esta Procuradoria Federal, para análise jurídica, minuta de Resolução Normativa com o fito de alterar o Regimento Interno da ANS (Resolução Normativa – RN nº 197 de 16 de julho de 2009), no que concerne às atribuições da DIDES. Consigna-se que a Diretora de Desenvolvimento Setorial apresentou pedido verbal de urgência para inclusão na pauta da reunião da Diretoria Colegiada a ser realizada em 21 de setembro de 2016.

2. O processo foi recebido na GECOS e distribuído a presente subscritora em 12/09/2016.

3. Em 13/09/2016 foi encaminhado e-mail às diretoras da DIPRO e DIDES com cópia às diretoras-adjuntas, questionando acerca do alcance pretendido com a alteração em apreço, visto ter sido constatado por este órgão jurídico que outros dispositivos do regimento interno tratavam de tema semelhante, podendo haver dúvidas acerca de eventual atribuição concorrente. Na mesma data, a Diretora de Desenvolvimento setorial e a Diretora de Normas e habilitação de Produtos responderam ao e-mail, ratificando o entendimento extraído por este órgão jurídico acerca da proposta, no sentido de que, em suma, toda a atribuição de mecanismo regulatório no aspecto econômico-financeiro passaria para a DIDES, de forma que restaria à DIPRO o aspecto assistencial (documento que formaliza a troca de e-mails encontra-se em anexo).

4. É o breve relato.

5. Primeiro, importa consignar que a presente análise não contempla a análise formal, tampouco o cumprimento das determinações contidas na Resolução Administrativa – RA No 49, de 13 de abril de 2012, a qual dispõe sobre o processo administrativo normativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, considerando que esta atribuição está a cargo de Especialista em Regulação ao qual o processo foi distribuído, concomitantemente, para análise.

6. A presente minuta diz respeito à divisão de atribuições entre órgãos da Agência.

7. Quanto à possibilidade jurídica de a ANS dispor sobre a distribuição de competências entre seus órgãos, esta Procuradoria já se manifestou reiteradamente no sentido de que a matéria objeto do normativo se encontra no âmbito do poder hierárquico da Administração, no que se refere à distribuição de competências dos seus órgãos internos, exercido por meio da função normativa da Agência. Neste sentido, importa citar o Parecer n. 00002/2014/GECOS/PFANS/PGF/AGU, exarado nos autos do processo 33902.628993/2014-88:

“Vale ressaltar que a distribuição de competências básica da Agência Nacional de Saúde Suplementar é feita pela Lei nº 9.961/2000, que ao criar a ANS especifica, em especial em seus arts. 3º e 4º, o seu campo de atuação. Consoante destaca a doutrina, a distribuição de competências é inerente à criação dos entes da Administração Pública:

“Em síntese, distribuir competências significa fixar funções e tarefas para cada um dos órgãos que compõem o Estado e seus entes. Um órgão somente existe com fundamento em determinada competência, ainda que esta varie em quantidade e matéria de um para outro. Como dito, o princípio da moralidade e da própria eficiência impedem que haja órgãos estatais sem função e exigem, na medida do possível, que as competências de um órgão não entrem em conflito nem se sobreponham às de outro.” (MARRARA, Thiago. Competência, delegação e avocação na Lei de Processo Administrativo. In: NOHARA, Irene Patrícia; MORAES FILHO, Marco Antonio Praxedes de. Processo Administrativo: temas polêmicos da Lei nº 9.787/99. 2011. p. 243)

Ocorre que nem a Lei nº 9.961/2000 nem o seu Regulamento (o Decreto nº 3.327/2000) detalham a partilha das atribuições administrativas entre os órgãos internos da ANS. Essa tarefa é atribuída, pelo art. 10, III, da Lei nº 9.961/2000, à Diretoria Colegiada da Agência, a quem compete “aprovar o regimento interno da ANS e definir a área de atuação de cada Diretor”. Dessa forma, as competências distribuídas pelo Regimento Interno da ANS a cada uma de suas Diretorias devem refletir e concretizar as competências fixadas pela Lei nº 9.961/2000.

Assim, o normativo proposto se encontra no âmbito do poder hierárquico da Administração, no que se refere à distribuição de competências dos seus órgãos internos, exercido por meio da função normativa da Agência. Cuida-se de manifestação da descentralização hierárquica, definida como a “subdivisão de um ente de direito público ou de um órgão, em órgãos menores, que passam a manter entre si relações hierárquicas de subordinação e de coordenação, visando à especialização de funções e à gradação de responsabilidades entre eles” (NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Curso de Direito Administrativo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002. p. 119).”

8. No caso em tela, as modificações propostas redistribuem as competências desempenhadas pela DIPRO e DIDES, considerando que *competete à DIDES exercer as atribuições referentes à melhoria do desempenho das operadoras; disseminar boas práticas de gestão setorial; e buscar o desenvolvimento sustentável e a garantia de competição no setor de planos privados de assistência à saúde*, conforme aduz o sumário de impacto regulatório (fl. 06).

9. Importa citar ainda trecho da Nota Conjunta nº 001/2016/DIDES/DIPRO que apresenta as atuais atribuições da DIDES relacionadas àquela a ser recebida:

“À Diretoria de Desenvolvimento Setorial no âmbito de suas atribuições regulamentares, cabe propor modelos assistenciais na prestação dos serviços de saúde com vistas ao Desenvolvimento do setor de Saúde Suplementar, bem como buscar o desenvolvimento

sustentável e a garantia de competição no setor de planos privados de assistência à saúde, bem como desenvolver pesquisas que contribuam para o ambiente concorrencial e sustentabilidade do mercado.”

10. Feitos os esclarecimentos iniciais, não se vislumbra óbice jurídico à alteração proposta, considerando-se que *o normativo proposto se encontra no âmbito do poder hierárquico da Administração, no que se refere à distribuição de competências dos seus órgãos internos, exercido por meio da função normativa da Agência*, conforme destacou o Parecer n. 00002/2014/GECOS/PFANS/PGF/AGU, anteriormente mencionado.

11. Em que pese não haver óbice a que se transfira a atribuição em apreço em si, imperioso reiterar que, em 13/09/2016, foi encaminhado e-mail às diretoras da DIPRO e DIDES, com cópia às diretoras-adjuntas, questionando acerca do exato alcance pretendido com a alteração em comento, visto ter sido constatado por este órgão jurídico que outros dispositivos do regimento interno tratavam de tema semelhante, podendo haver dúvidas acerca de eventual atribuição concorrente[1]. Tendo sido esclarecido pela Diretora de Desenvolvimento Setorial que toda a atribuição de mecanismo de regulação no aspecto econômico-financeiro passaria para a DIDES, de forma que restaria a DIPRO o aspecto assistencial. A Diretora da DIPRO ao responder, esclareceu:

"Confirmamos o seu entendimento:

1) Sim, não há que se falar em competência concorrente no que diz respeito aos aspectos econômicos financeiros dos mecanismos de regulação, passando a ficar a cargo da DIDES;

2) Sim, o acréscimo da expressão "assistencial" nos incisos XI e XII do artigo 48 irá conferir maior clareza ao normativo;

3) Sim, não é necessária alteração do artigo 47 por tratar-se de Monitoramento"

12. Passa-se, assim, a detalhar a alteração proposta pela minuta em análise bem como a especificar outras que, no momento, se vislumbra necessárias para alcançar o fim colimado.

13. De acordo com o Despacho nº 22/2016/ASSNT/DIPRO/ANS, a alteração proposta tem por fito transferir as atribuições ora previstas no inciso XXV do art. 43 do Regimento Interno, da ANS. Cita-se:

Art. 43. À Gerência-Geral Regulatória da Estrutura dos Produtos - GGREP, compete: (Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015)

XXV - indicar os aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde; (Incluído pela RN nº 381, de 11/06/2015)

14. Todavia, no regimento interno da DIPRO existem outros dispositivos pertinentes a “mecanismos de regulação de uso” como será a seguir apresentado, o que gerou a dúvida, apresentada por e-mail, quanto ao alcance desejado pela minuta de alteração ora em análise.

15. O art. 38 possui a seguinte redação:

Art. 38. À Diretoria de Produtos - DIPRO compete:

V - efetuar estudos e propor normas referentes a mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde;

16. Destaca-se que a parte inicial deste dispositivo (sublinhada) é semelhante a parte final do inciso cuja atribuição que será transferida para a DIDES (“mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde”). No entanto, a DIDES terá a atribuição de indicar os

aspectos econômico financeiros à adoção e utilização de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde.

17. Assim, para evitar dúvidas acerca de eventual atribuição concorrente entre as diretorias, vale dizer, restar a DIPRO atribuição no que concerne aos aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização de fator moderador, indica-se a alteração do inciso V do art. 38 do regimento interno para se reportar a “(...) mecanismos de regulação assistencial de uso dos serviços de saúde (...)”. Cabe ressaltar que esta sugestão vai no mesmo sentido das atribuições já estabelecidas que permanecerão na DIPRO acerca de mecanismos de regulação assistencial do uso[2].

18. Por corolário, sugere-se a inclusão de redação semelhante nas atribuições da Diretoria da DIDES, no que concerne aos mecanismos de regulação financeiros, de forma que se indica, salvo melhor juízo, a criação de um inciso ao art. 23, da RN 197, de 2009, com o seguinte teor: “efetuar estudos e propor normas referentes aos aspectos econômico-financeiros dos mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde.”

19. Consigna-se ainda, que o inciso que pela minuta juntada aos autos conferiria atribuições à Diretoria da DIDES, por simetria ao que ocorre na DIPRO, poderia ser atribuição específica de órgão específico da DIDES (tal como ocorria na DIPRO, na qual se localizava da GGREP).

20. Não se pode deixar de consignar que a GEAS, de acordo com o disposto nos incisos XI e XII, do art. 48, do RI, possui atribuição referente a “mecanismos de regulação de uso”, não havendo ressalva a se referirem a mecanismos “assistenciais”. Contudo, como este órgão integra a GGRAS, do qual decorre sua atribuição, ao que parece, também trata de mecanismo de regulação “assistencial”, consoante apontado no citado e-mail. Em assim sendo, indica-se a alteração dos referidos incisos XI e XII para incluir a palavra “assistencial” com o fito de conferir maior clareza ao dispositivo. Cita-se a redação vigente:

Art. 48. À Gerência de Assistência à Saúde –GEAS compete: (Redação dada pela RN nº 245, de 28/01/2011)

XI - analisar e executar as normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; e

XII - executar e estabelecer critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde.

21. Apenas a título complementar, cabe mencionar outro dispositivo que dispõe sobre “mecanismo de regulação de uso”, todavia, como se trata de indicadores e metodologia para avaliação e monitoramento assistencial a ser realizada em parceria com as demais áreas da ANS, este não parece necessitar de alteração, fato confirmado pelas Diretorias. Cita-se:

Art. 47. À Gerência de Monitoramento Assistencial – GMOA compete: (Redação dada pela RN nº 245, de 28/01/2011)

VIII – propor, analisar e coordenar a elaboração de indicadores e a construção da metodologia para a avaliação e monitoramento assistencial das operadoras de planos privados de assistência à saúde, em parceria com as demais áreas técnicas da ANS, e nos seguintes aspectos: (Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015)

a) qualidade e cobertura das ações e serviços de saúde; (Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015)

b) programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças; (Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015)

c) mecanismos de regulação do acesso e utilização dos serviços de saúde; e (Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015)

d) indícios de risco assistencial. (Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015)

22. Por fim, importa ressaltar que a presente análise jurídica se cingiu ao tema proposto (alteração de atribuições em conformidade com a proposta de modificação do

regimento interno), não se atendo a qualquer outra questão jurídica que porventura necessitasse revisão, ou ainda, à necessidade de alteração de qualquer outro dispositivo normativo, ainda que do próprio regimento interno. Reitera-se que foi solicitada urgência na presente análise jurídica.

23. Diante disto, quaisquer dúvidas porventura existentes que não tenham sido sanadas na presente manifestação, devem ser objeto de consulta específica a este órgão jurídico.

Conclusão:

24. Ante o exposto, considerando a urgência solicitada na análise, considerando que não foram apontados normativos que fossem afetados pela presente proposta de alteração, não se vislumbra óbice legal à edição do ato normativo pretendido, com as alterações ora apresentadas (ressalva-se que o estudo foi realizado em um curto espaço de tempo para a análise do feito – cabendo ao órgão proponente avaliar se existem outros dispositivos sobre o assunto). Reitera-se que a presente análise partiu da premissa objeto das respostas por e-mail apresentadas pela DIDES e pela DIPRO (anexas).

25. Por conseguinte, indico que a análise formal contemple as observações apresentadas na presente Nota.

À consideração superior.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2016.

ADRIANA SUZANO DE CAMARGO CASTRO
PROCURADORA FEDERAL
MAT.SIAPE 1357369

[1] Mormente em decorrência do pedido de urgência e do exíguo lapso temporal para a manifestação desta Procuradoria Federal, não foi analisada a necessidade de alteração de algum outro ponto do regimento interno ou outro normativo decorrente desta proposta.

[2] Cita-se:

Art. 46. À Gerência-Geral de Regulação Assistencial - GGRAS compete: (Redação dada pela RN nº 245, de 28/01/2011)

XXIII – propor e elaborar normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde; (Incluído pela RN nº 381, de 11/06/2015)

XXIV - coordenar as atividades relacionadas ao estabelecimento de critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização de mecanismos de regulação assistencial de acesso e utilização dos serviços de saúde pelas entidades reguladas; e

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902512748201611 e da chave de acesso 25517d59

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA SUZANO DE CAMARGO CASTRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11031885 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ADRIANA SUZANO DE CAMARGO CASTRO.

Data e Hora: 14-09-2016 15:22. Número de Série: 1194602912688093585. Emissor: AC SOLUTI Multipla.

Adriana Castro

De: Karla Santa Cruz Coelho
Enviado em: terça-feira, 13 de setembro de 2016 21:33
Para: Martha Regina de Oliveira; Adriana Castro
Cc: Carla de Figueiredo Soares; Michelle Mello de Souza Rangel; Joao Roberto Caldeira de Oliveira; Maria Cecilia Cordeiro de Oliveira; Alexandre Gomes Gonçalves; Gustavo de Barros Macieira
Assunto: Re: urgente: dúvidas processo alteração regimento interno

Cara Adriana,

Confirmamos o seu entendimento:

- 1) Sim, não há que se falar em competência concorrente no que diz respeito aos aspectos econômicos financeiros dos mecanismos de regulação, passando a ficar a cargo da DIDES;
- 2) Sim, o acréscimo da expressão "assistencial" nos incisos XI e XII do artigo 48 irá conferir maior clareza ao normativo;
- 3) Sim, não é necessária alteração do artigo 47 por tratar-se de Monitoramento

Para quaisquer outras informações, estamos à disposição,

Abs,

Karla

Karla Santa Cruz Coelho
Diretora
Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos
tel.: 21 2105-0092

De: Martha Regina de Oliveira
Enviado: terça-feira, 13 de setembro de 2016 16:54:02
Para: Adriana Castro
Cc: Karla Santa Cruz Coelho; Carla de Figueiredo Soares; Michelle Mello de Souza Rangel; Joao Roberto Caldeira de Oliveira; Maria Cecilia Cordeiro de Oliveira; Alexandre Gomes Gonçalves; Gustavo de Barros Macieira
Assunto: Re: urgente: dúvidas processo alteração regimento interno

Correto Adriana,
vai todo o econômico financeiro para a Dides e estou de acordo com as alterações apontadas como necessárias
Obrigada
Martha

Martha Oliveira
Diretora DIDES
ANS
55 21 2105 -0345

Em 13 de set de 2016, às 15:50, Adriana Castro <adriana.castro@ans.gov.br> escreveu:

Prezadas Diretoras e Diretoras-Adjuntas

c/c para João Caldeiras

Trata-se e-mail encaminhado com o fito de dirimir dúvida constatada quando da análise da minuta de alteração do regimento interno da ANS, consubstanciada nos autos do Processo ANS 33902.512748/2016-11.

Por se tratar de minuta de normativo, com pedido verbal de análise com urgência para inclusão na próxima pauta, solicito que as diretoras ou diretoras-adjuntas respondam a presente mensagem para fins de formalizar a resposta e proceder à instrução dos autos, considerando a necessidade de anuência das mesmas em relação ao almejado com a alteração, devido aos normativos que regem a matéria.

A proposta apresentada visa excluir o atual inciso XXV do art. 43, da RN 197 e transferir a referida atribuição para a DIDES. Cita-se a redação vigente, apenas para fins de contextualização.

Art. 43. À Gerência-Geral Regulatória da Estrutura dos Produtos - GGREP, compete: [\(Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015\)](#)

XXV - indicar os aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde; [\(Incluído pela RN nº 381, de 11/06/2015\)](#)

Todavia, no regimento interno da DIPRO existem outros dispositivos pertinentes a “mecanismos de regulação de uso” como será a seguir apresentado, o que gerou dúvida quanto ao alcance desejado pela alteração ora em análise.

O art. 38 possui a seguinte redação:

Art. 38. À Diretoria de Produtos - DIPRO compete:

V - efetuar estudos e propor normas referentes a mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde;

Nota-se que a parte inicial deste dispositivo (sublinhada) é semelhante a parte final do inciso que será transferido para a DIDES (“mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde”). No entanto, a DIDES terá a atribuição de indicar os aspectos econômico financeiros à adoção e utilização de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde.

Assim, não resta claro se à DIPRO restará alguma atribuição concorrente no que concerne aos aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização de fator moderador.

Na leitura das demais atribuições da DIPRO, nota-se outras remissões a mecanismos de regulação. Nestes casos há a especificação “mecanismos de regulação de uso assistenciais”.

Cita-se:

Art. 46. À Gerência-Geral de Regulação Assistencial - GGRAS compete: [\(Redação dada pela RN nº 245, de 28/01/2011\)](#)

XXIII – propor e elaborar normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde; [\(Incluído pela RN nº 381, de 11/06/2015\)](#)

XXIV - coordenar as atividades relacionadas ao estabelecimento de critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização de

mecanismos de regulação assistencial de acesso e utilização dos serviços de saúde pelas entidades reguladas; e

Em relação à GEAS, conforme pode-se depreender dos dispositivos abaixo não há a observação que se refere a mecanismos assistenciais, mas como integra a GGRAS, sua atribuição decorreria da desta, de forma que parece também se tratar de mecanismo de regulação assistencial. Se assim for, indica-se a alteração dos XI e XII para incluir a palavra assistencial com o fito de conferir maior clareza ao dispositivo. Cita-se a redação vigente:

Art. 48. À Gerência de Assistência à Saúde –GEAS compete: [\(Redação dada pela RN nº 245, de 28/01/2011\)](#)

XI - analisar e executar as normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; e

XII - executar e estabelecer critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde.

Apenas a título complementar, cabe mencionar outro dispositivo que menciona mecanismo de regulação de uso, todavia como trata-se de indicadores e metodologia para avaliação e monitoramento assistencial a ser realizada em parceria com as demais áreas da ANS, este não parece necessitar de alteração, fato a ser confirmado pelas diretoras. Cita-se:

Art. 47. À Gerência de Monitoramento Assistencial – GMOA compete: [\(Redação dada pela RN nº 245, de 28/01/2011\)](#)

VIII – propor, analisar e coordenar a elaboração de indicadores e a construção da metodologia para a avaliação e monitoramento assistencial das operadoras de planos privados de assistência à saúde, em parceria com as demais áreas técnicas da ANS, e nos seguintes aspectos: [\(Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015\)](#)

a) qualidade e cobertura das ações e serviços de saúde; [\(Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015\)](#)

b) programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças; [\(Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015\)](#)

c) mecanismos de regulação do acesso e utilização dos serviços de saúde; e [\(Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015\)](#)

d) indícios de risco assistencial. [\(Redação dada pela RN nº 381, de 11/06/2015\)](#)

Diante do exposto, parece que a intenção da minuta em apreço é transferir para a DIDES as atribuições referentes aos mecanismos financeiros de regulação de uso, sem a manutenção na DIPRO destas atividades.


Se assim for, necessário alterar o inciso V do art. 38 para incluir a palavra “assistenciais”, passando a dispor: “efetuar estudos e propor normas referentes a mecanismos de regulação assistenciais do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde”. Por corolário, semelhante redação deve ser trazida para a DIDES, todavia no que concerne aos mecanismos de regulação financeiros, de forma que seria criado um inciso no art. 23 com o seguinte teor: efetuar estudos e propor normas referentes aos aspectos econômico-financeiros dos mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde.

O inciso que pela minuta iria para a Diretoria da DIDES, por simetria, poderia ser atribuição específica de outro órgão, tal como ocorria na DIPRO, na qual se localizava da GGREP.


Não se pode deixar de reiterar o apontamento efetuado aos incisos XI e XII do art 48, o qual, para maior clareza também deveria ser alterado.

Assim, reitera-se a necessidade de manifestação das Diretoras ou Diretoras-Adjuntas acerca dos presentes apontamentos, considerando o pedido de análise com urgência para inclusão na próxima pauta e a necessidade de anuência das mesmas devido à regulamentação, para que possa ser apresentada minuta substitutiva, se for o caso.

Att.,

 **Adriana Suzano de Camargo Castro**
Consultora e assessora junto à DIDES
Procuradoria Federal Junto à ANS
tel.: 21 2105-0097

ANS. A agência reguladora de planos de saúde do Brasil.

 Antes de imprimir pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.